

O QUE SE FAZ COM AS DIVERSIDADES DE GÊNERO E RAÇA/ETNIA EM ESPAÇOS ESCOLARES? APRESENTAÇÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO COMO CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS SOCIAIS DESTINADAS À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Tatiane de Oliveira Pinto¹

Resumo

Neste trabalho objetiva-se apresentar ações de extensão universitária voltadas à discussão sobre as diversidades de gênero e de raça/etnia, atrelando seus resultados como contribuições para a elaboração de políticas sociais no âmbito da infância e adolescência. As ações foram desenvolvidas em dois projetos de extensão executados no período de outubro de 2021 à janeiro de 2024. A metodologia empregada partiu de uma perspectiva extensionista, com a adoção de métodos participativos. Em se tratando das contribuições das ações extensionistas para as políticas sociais para a infância e adolescência, entende-se que os projetos implementados podem ser sugestivos para a formulação de ações intersectoriais, por meio de trabalho em rede, onde se possa mudar a mentalidade de profissionais da Educação que ainda detém práticas segregadoras e discriminatórias, bem como promover uma convivência respeitosa entre estudantes em suas diversidades de gênero e raça nos espaços da cidade e nos espaços escolares.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Gênero. Raça. Políticas Sociais.

Abstract

This work aims to present university extension actions aimed at discussing gender and race/ethnicity diversities, linking their results as contributions to the development of social policies in the context of childhood and adolescence. The actions were developed in two extension projects carried out from October 2021 to January 2024. The methodology used came from an extension perspective, with the adoption of participatory methods. When it comes to the contributions of extension actions to social policies for childhood and adolescence, it is understood that the implemented projects can be suggestive for the formulation of intersectoral actions, through network work, where the mentality of professionals can change. of Education that still has segregating and discriminatory practices, as well as promoting respectful coexistence between students in their gender and racial diversity in the city and school spaces.

Keywords: University Extension. Gender. Race. Social Policies.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho pretende-se refletir sobre ações de extensão universitária, voltadas à discussão sobre as diversidades de gênero e de raça/etnia como contribuições para a elaboração de políticas sociais no âmbito da infância e adolescência. A intenção é refletir sobre ações propostas pela Universidade voltadas à comunidade externa e que poderão, no médio e longo prazo, subsidiar a formulação e efetivação de políticas sociais promovidas pelo Estado, em âmbito municipal, que abarquem a infância a adolescência e que sejam perpassadas pelos marcadores de gênero, raça/etnia e classe.

¹ Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC - FGV. Professora Adjunta no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Geração e Raça (NEGGRA). E-mail: tatiolp@ufrrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9717-4597>.

As experiências de extensão foram desenvolvidas em instituições municipais de Educação distintas, na cidade de Seropédica, localizada na Baixada Fluminense-RJ e as ações foram desenvolvidas em dois projetos consecutivos, aprovados por editais da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: O primeiro intitulado “Gênero, raça e geração em pauta: Reflexões necessárias por meio da extensão universitária”, executado no período de outubro de 2021 a setembro de 2022 e o segundo nomeado como “Combate à desinformação e promoção de letramento crítico sobre diversidade de gênero e raça/etnia no espaço da Escola”, desenvolvido de fevereiro de 2023 à janeiro de 2024. Para cada projeto, contou-se com equipe formada por uma bolsista e uma/um estudante extensionista voluntária/o, além de docente orientadora/coordenadora das ações.

No tópico ‘resultados e análises’ serão enfatizadas situações que se destacaram na execução dos referidos projetos e pelas quais nos baseamos para inferir que de ações de extensão podem se desdobrar políticas sociais, desenvolvidas pelo Estado, a fim de legitimar o trabalho universitário e alargar a efetivação de direitos humanos e sociais para crianças e adolescentes. Cabe registrar que as atividades realizadas foram planejadas no domínio do NEGGRA (Núcleo de Estudos de Gênero, Geração e Etnia) da UFRRJ. Desse modo, as ações tiveram como foco principal colocar em pauta a desconstrução de estereótipos de gênero e de raça/etnia, por meio da discussão do alcance da igualdade e respeito às diferenças, bem como pela promoção de letramento crítico para a diversidade no espaço escolar junto a estudantes do Ensino Fundamental.

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: INTERLOCUÇÕES POR MEIO DE AÇÕES DE EXTENSÃO

A Extensão Universitária possui uma importante função acerca das contribuições que pode trazer à sociedade, onde se coloca “em prática aquilo que foi aprendido em sala de aula e desenvolvê-lo fora dela”, segundo informam Rodrigues et al (2013, p. 142). Assim, entende-se a relevância de uma relação dialógica entre as instituições universitárias públicas e a sociedade, inclusive, por se considerar que a Universidade é parte integrante da sociedade.

Para Luíz Síveres (2008), a sociedade é um sistema vivo e, como uma célula social, precisa garantir essa vitalidade para coexistir com a diversidade dos sistemas sociais. Nesse sentido, a extensão, juntamente com a pesquisa e o ensino, age de forma indissociável, propiciando uma relação fecundante com o percurso formativo e com mudanças sociais (Rodrigues et al, 2013). Por outro lado, segundo Severino (2002, p. 18), “ao mesmo tempo que a extensão, enquanto ligada ao ensino, enriquece o processo pedagógico, ao envolver docentes, alunos e comunidade, num movimento comum de aprendizagem, enriquece o processo político ao se relacionar com a pesquisa, dando alcance social à produção do

conhecimento”. À vista disso, a aprendizagem assume uma face política, considerada um elemento efetivo da formação acadêmica.

O sentido do fazer extensionista é gerar benefícios à sociedade a partir do contato entre a/o aprendiz (estudante) e a realidade externa da instituição a qual se vincula. E os sujeitos que se encontram no aprendizado aprendem, sobremaneira, através dessa interação, dada a relevância em se praticar a teoria recebida em sala de aula junto à comunidade. Dessa maneira, reitera-se a importância da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, citadas anteriormente, considerando que estes são reais instrumentos do “fazer acadêmico”, por meio da integração da ação desenvolvida no ensino e aprendizado de docentes, técnicos e discentes e na produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias.

Nos termos de Síveres (2008), a retrospectiva histórica das discussões sobre o tema por meio da instituição dos Fóruns de Extensão foi promissora. Primeiramente vinculados às instituições públicas, em finais da década de 1980 e depois, em perspectiva comunitária, no final da década de 1990, se alongando para o âmbito das instituições privadas de ensino e, já nos anos 2000, a extensão foi refletida para o campo das políticas educacionais, instrumentalizadas através de programas e projetos, despontando com ações em variadas áreas do conhecimento e acolhendo a uma diversidade de demandas sociais.

A partir dessa condução, a extensão ganhou uma conotação mais acadêmica e associada às necessidades da sociedade civil. Assim, é oportuno categorizar a extensão como um processo de aprendizagem e interlocução com a sociedade. Como lembra Síveres (2008, p. 09), “tais atributos revelam uma relação dialógica entre o institucional e o conjuntural, o pessoal e o social, o educacional e o profissional”. Se afiança, portanto, pelas ponderações aqui apresentadas, que a extensão universitária aproxima a comunidade externa à Universidade, reciprocamente, e permite uma interlocução democrática, participativa e socialmente referenciada.

DIVERSIDADES DE GÊNERO E RAÇA NO CONTEXTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

As atividades de extensão em tela, tiveram como objetivos desenvolver conhecimentos e habilidades sobre as questões de gênero e raça/etnia, de maneira dialógica, de forma a combater os estereótipos e discriminações, e provocar a discussão sobre o alcance da equidade, por meio do letramento crítico sobre diversidades. Segundo Avtar Brah (2006), para se refletir sobre diversidade é necessário distinguir como a diferença é definida. Em determinadas interpretações sobre a diferença, há a possibilidade de afirmar a diversidade ou utilizá-la como dispositivo de atos excludentes e discriminatórios. É fundamental compreender

“se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (Brah, 2006, p. 365).

Para Vera Maria Candau (2007), a construção da democracia precisa enfatizar questões relativas à igualdade e, portanto, eliminar ou relativizar as diferenças. Nesse sentido, não se deve opor igualdade à diferença. A igualdade não está oposta à diferença e sim à desigualdade. Consoante o Glossário Pró-equidade da Fiocruz (Maria, 2020), a igualdade é um valor da democracia, que descreve o equilíbrio de direitos e responsabilidades entre os membros da sociedade, independente de orientação sexual, gênero, geração, classe, raça/etnia e outros marcadores. A equidade se materializa pela perspectiva de as diferenças serem exteriorizadas e consideradas sem discriminação, em uma dimensão de igualdade.

Gênero é um termo, um conceito ou, ainda, uma categoria (assim como se elege neste trabalho) que indica os fatos significantes das relações vivenciadas entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens. Essas relações são históricas, constituídas pela sociedade em seu movimento, através das forças sociais que a ordenam e lhe dão direção (Scott, 1995). Para Duque-Arrazola (1997), refletir sobre as relações de gênero tem sido frequente em espaços públicos, políticos e acadêmicos nas últimas décadas e analisar, criticamente, essas relações nos possibilita refletir sobre “masculinos” e “femininos” e, sobretudo nas relações entre eles. É o que se denomina como relações de gênero e, por essas relações estarem presentes cotidianamente na sociedade, reside a relevância de sua problematização.

Pensar em crianças e adolescentes enquanto atores/atrizes sociais nos demanda a compreensão de que elas reproduzem culturas, ressignificam e (re)interpretam o universo adulto de maneira muito particular. Modos de ‘ser criança e adolescente’ convergem para a constituição de novas subjetividades, redefinindo o ser menino e o ser menina, em todos os seus espaços de convivência e em seus contextos culturais. Na atualidade, a adolescência/juventude remete a um leque de possibilidades de conceituações e questionamentos.

Para Letícia Reis (2000), não há consenso para o conceito de juventude, nem mesmo em termos de demarcação etária. Além de pontuar essa transitoriedade, a autora garante que a juventude é uma categoria muito debatida por não ser homogênea, já que nela encontramos várias possibilidades de intersecção com outras categorias, tais como classe, raça, gênero, etnia e moradia, que podem contribuir para conceber diversas juventudes. Daí a valia em não se pensar a juventude de forma única e homogênea, uma vez que existem juventudes distintas e diferentes culturas juvenis (Novaes, 1997; Becker, 1999; Reis, 2000).

Sobre a questão étnico-racial, é importante que se entenda que “as crianças negras brasileiras estão vivas” (Ferreira Nunes, 2018) e apesar disso, há poucos estudos acerca das crianças negras, há pouca visibilidade e participação social dessas crianças, o que acaba reforçando o racismo estrutural (Almeida, 2019) na sociedade brasileira, inclusive no âmbito da pesquisa e da ciência.

Os estudos sociais de crianças e adolescentes reivindicam que sejam ouvidas porque, como os adultos, são pessoas que também fazem parte da sociedade e têm muito a dizer sobre suas próprias experiências de estar no mundo. Crianças e adolescentes compõem um grupo de pessoas em crescimento e estar em crescimento remete à movimento e a mudanças, que são consideradas ações importantes para construir novos olhares sobre os problemas sociais brasileiros. Para Abramovicz e Oliveira apud Nunes (2016), não é possível elaborar uma sociologia da infância, sem levar em consideração a raça/etnia, que é uma categoria utilizada no cotidiano de nossas relações sociais. Isso posto, é notório que o debate racial não encontrou, ainda, a repercussão necessária nos estudos sociais da infância para demonstrar a presença das crianças negras. Para Souza e Paiva (2012), há uma ambivalência da condição juvenil entre a contradição da sua subordinação à família e à sociedade, coexistindo com as grandes expectativas de emancipação de adolescentes e jovens. Na América Latina, nos anos 1980, foi difundida a visão social dos jovens como promotores e vítimas de violências; quando na verdade, jovens pobres, negros e com baixa escolaridade e qualificação para o trabalho têm se tornado os mais vulneráveis à violência e à prisão.

A extensão universitária, em um movimento de defesa de uma sociedade mais equânime na dimensão da raça/etnia, se constitui por meio de conhecimentos situados e procura impedir apropriações violentas e práticas colonizadoras. Assim, “saberes e referenciais contra hegemônicos tornam-se importantes, e mesmo necessários, para os extensionistas”, como sublinha Moraes (2018, p. 09). Na discussão apresentada pela autora, também pelas práticas docentes em sala de aula, há outras tentativas de se subverter as lógicas eurocêntricas, brancas e historicamente opressoras.

Citando hooks (1992), Freire (1983) e Freire (1987), Moraes (2018) assegura que os conhecimentos e referenciais contra hegemônicos advindos da extensão, além de transgredirem com os pactos da branquitude e com a masculinidade hegemônica, indagam sobre os processos de compartilhamento do conhecimento, como se dá nos moldes da educação bancária. Isso porque a prática extensionista constrói o conhecimento através do diálogo e por meio da horizontalidade, além de oportunizar ao estudante o exercício de sua agência e autonomia de forma mais acentuada que nos outros pilares da educação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nos dois projetos aqui apresentados, os procedimentos metodológicos empregados partiram de uma perspectiva extensionista, com a adoção de um método participativo que parte da ideia de valorização dos saberes dos sujeitos com os quais se está trabalhando. O propósito desta metodologia é permitir que as pessoas participantes desenvolvam sua própria análise acerca da realidade e que este processo seja acompanhado de um planejamento e de uma ação do coletivo, como pontua Faria (2000). Destarte, nos dois projetos de extensão, buscou-se promover um espaço de trocas de experiências através de reuniões, encontros, oficinas e, também, por meio de atividades virtuais/remotas (Marques, 2020; Silva, 2020) voltadas para o alcance dos objetivos propostos.

No primeiro projeto, denominado “Gênero, raça e geração em pauta (...)”, considerando o contexto da pandemia de Covid-19, as ações foram realizadas de maneira remota, no espaço do perfil do NEGGRA, na rede social virtual *Instagram* a exemplo do que nos apresentam Oliveira et al (2017), ao compreenderem que as redes sociais estão mudando o foco da ciência de um nível nacional para um nível global, onde pessoas se conectam através de mídias virtuais. Com a retomada das atividades presenciais, as atividades do projeto foram (re) adaptadas para o modelo presencial, sendo realizadas junto a professoras/es, orientadoras/es educacionais e inspetoras/es e com estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Valtair Gabi. Dentre as atividades realizadas, pode-se mencionar a elaboração de conteúdo virtual como vídeos e *lives* (transmissões ao vivo realizadas pelas redes sociais, no contexto do ensino remoto) e rodas de conversa e escuta, oficinas e debates, na retomada do modo presencial, no pós-pandemia. Os temas abordados nas ações foram: Gênero, geração e raça/etnia; Equidade de gênero; Masculinidades tóxicas; Violências de gênero; Infâncias/Juventudes e racismo; Enfrentamento ao racismo, entre outros.

No projeto “Combate à desinformação e promoção de letramento crítico sobre diversidade (...)”, as ações foram desenvolvidas junto a estudantes do 6º e do 9º ano da Escola Municipal Pastor Gerson Ferreira Costa. Foram definidas, após planejamento da equipe executora, a realização de atividades interativas e dinâmicas, como rodas de conversa e escuta, atividades expositivas, oficinas e debates. Nessas atividades foram abordados temas como: Identidade e Representatividade; Equidade de gênero; Violência doméstica; A questão das masculinidades; Racismo estrutural, preconceito e discriminação, entre outros tópicos considerados significativos na abordagem de estereótipos, frequentemente reforçados pela desinformação e/ou *fake news*, inclusive, no ambiente escolar. Ressalta-se que para o desenvolvimento dos dois projetos, houve anuência e autorização da Secretaria Municipal de Educação de Seropédica, que indicou as instituições para a realização das ações.

RESULTADOS E ANÁLISES

De modo geral, nas duas experiências extensionistas, os objetivos e metas traçados foram alcançados com êxito, guardadas algumas intercorrências cotidianas, como dificuldades de conexão com a Internet, no caso das atividades remotas, ou mesmo uma certa morosidade na aprovação da proposta pela Secretaria Municipal de Educação de Seropédica, como ocorreu com o projeto mais recente. Para referir sobre os resultados das ações na perspectiva de se pensar as contribuições e/ou os subsídios do campo da extensão universitária para a elaboração de políticas sociais destinadas à infância e adolescência, serão destacadas duas situações desafiadoras identificadas com a execução dos projetos.

Ao longo do projeto “Gênero, raça e geração em pauta: Reflexões necessárias por meio da extensão universitária”, destacou-se um caso de transfobia no espaço escolar, onde foi demandada à equipe executora a realização de uma ação específica com inspetoras/es escolares e professoras/es para fomentar o debate sobre respeito às diversidades. Assim, em dois dias consecutivos realizaram-se rodas de conversa e escuta, onde, para além de apresentar dados e conceitos acerca dos temas propostos, o público-alvo também pôde expressar suas ideias e conhecimentos acerca da temática tratada. Transfobia se refere às múltiplas violências, incluindo comportamentos negativos de discriminação, ódio, repulsa, raiva ou indignação (Podestá, 2019) contra pessoas trans em razão de sua transgeneridade. E transgeneridade, segundo Modesto (2013), alude a identidade de gênero que as pessoas sentem ter e que destoa do gênero que lhe foi designado no momento do seu nascimento.

Com a realização das rodas de conversa e escuta identificou-se, nas narrativas de algumas/uns inspetoras/es, certa resistência em compreender as questões particulares de pessoas trans, inclusive na fase de transição geracional que é a adolescência. Indagações a respeito do nome social, a existência de um banheiro trans inclusivo ou neutro surgiram ao longo da atividade. Consequentemente, constata-se que na escola também está presente o modelo heteronormativo que regula as condutas tanto de estudantes como do corpo docente e de outros funcionários (Miskolci, 2011 apud Sonetti e Garcia, 2020). Uma das justificativas dos/as inspetores/as em se absterem do atendimento à aluna trans em suas demandas escolares, era em relação às suas práticas religiosas. Segundo Barbosa e Silva (2016), justificativas ancoradas no determinismo biológico se baseiam, também, em textos bíblicos que contestam vivências de pessoas que destoam da “regra divina”, como as pessoas transexuais e transgêneras.

No caso das/os professoras/es, identificou-se um maior cuidado e atenção no tratamento das questões de gênero e o processo de transição para alunas/os adolescentes. As/os profissionais demonstraram acolhimento ao tema dos direitos das pessoas trans e mencionaram

a transfobia como um tipo de violência no espaço escolar, o que corrobora que o tema das diversidades de gênero na infância e juventude tem sido reconhecido na atualidade e que tem gerado transformações no campo das políticas públicas, incluindo as políticas de educação, nos termos de Saleiro (2017).

O outro caso a se destacar, referente ao projeto “Combate à desinformação e promoção de letramento crítico sobre diversidade de gênero e raça/etnia no espaço da Escola”, concerne a uma atividade junto à estudantes do 8º ano e que surpreendeu a equipe executora, onde se provocou uma reflexão sobre identidade e autodeclaração racial. Na turma formada, majoritariamente, por adolescentes negros/as retintos/as, apenas uma estudante se autodeclarou como preta e os demais como pardos/as. Aproveitando a oportunidade, a equipe executora apresentou os critérios adotados pelo Estatuto da Igualdade Racial, que considera como população negra, a totalidade de indivíduos que se autodeclaram como pretos e pardos (Brasil, 2010).

Com essa experiência inferiu-se que as/os estudantes não se autodeclararam como pretas/os, não tiveram a oportunidade de vivenciar um letramento racial crítico. Além disso, houve a suposição de que o racismo reproduzido no espaço escolar afasta as/os estudantes de uma afirmação étnico-racial, como uma forma de proteção a esse racismo. Entende-se por letramento racial crítico uma tática de combate ao racismo, uma ferramenta educacional antirracista. Por meio do letramento racial há o desenvolvimento de competências onde o conhecimento se funde às questões sociais, conforme explicam Nascimento e Da Silva (2023).

Como práticas promotoras de igualdade racial nos espaços educativos e na sociedade, é importante que existam ações de letramento racial da sociedade civil e de educadoras/es e que existam esforços para exterminar o racismo estrutural no Brasil. É impreterível que haja a efetivação das leis já existentes, 10.639/2003 (Brasil, 2003) e 11.645/2008 (Brasil, 2008), que regulamentam o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica, que são instrumentos de luta contra o racismo em espaços educativos e que haja, também, o exercício da representatividade para nossas crianças e adolescentes, dentro e fora das escolas. Reafirmar a pertença étnico-racial de estudantes baixadenses, se faz fundamental, considerando, inclusive os dados anunciados no Censo Demográfico de 2022, que evidenciam que 69% da população da Baixada Fluminense se declara preta ou parda (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Diante disso, pode-se assegurar que a Baixada está entre as regiões com maior concentração de população negra no estado do Rio de Janeiro.

Em se tratando das contribuições de ações extensionistas para as políticas sociais para a infância e adolescência como um caminho para a equidade no espaço da escola, entende-se que os projetos implementados podem ser sugestivos para a formulação de ações

intersectoriais entre a Secretarias de Educação e outras, por meio de trabalho em rede (Pereira e Teixeira, 2013), onde se possa garantir a convivência respeitosa entre estudantes em suas diversidades de gênero e raça nos espaços da cidade e nos espaços escolares.

Extrapolando-se a política própria das instituições públicas de ensino superior, a extensão universitária poderá interatuar com diferentes políticas públicas e esferas do governo, como as políticas de educação básica, de saúde pública, de desenvolvimento econômico e social, de inclusão social, e outras. “Daí decorre a natureza especial da atividade de extensão quando analisada sob a perspectiva de interação universidade e Estado” (Oliveira, 2010, p. 124). Nos termos de Lucas Pereira (2016), potencializar a extensão universitária, pode gerar maior entrosamento da Universidade com as camadas mais pobres, colaborando para contribuir na erradicação dos problemas sociais mais graves e complexos. Almejar melhorias universalizadas das condições de vida população envolve o estabelecimento de uma “articulação consciente e permanente na elaboração e concretização das políticas públicas” (Pereira, 2016, p. 104), que é imperativo para a materialização de uma sociedade democrática e participativa.

Se a Universidade é parte constituinte da sociedade, justifica-se o planejamento e implementação de ações sociais pelo Estado, legitimando a colaboração acadêmica em prol do desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando da reflexão aqui proposta, é sabido que as opressões, desigualdades e discriminações concernentes às questões de gênero e às questões de raça/etnia são construções sociais, naturalizadas e baseadas no senso comum, sendo necessária sua desconstrução e reflexão crítica. Cabe, portanto, à instituição de educação superior tornar-se viva por meio de uma das suas energias, que é o conhecimento (Síveres, 2008, p. 03).

Além disso, defende-se a escola como espaço fundamental para a validar o protagonismo e agência estudantil nesse espaço. E, para mudar a mentalidade de profissionais da Educação que ainda detém práticas segregadoras e discriminatórias, bem como atenuar práticas de *bullying* e outras microviolências entre estudantes, é importante que se tenha o compromisso institucional de que as especificidades, experiências, diferentes trajetórias e diversidades sejam respeitadas. Os direitos de cidadãos e cidadãs não podem ser diferentes, ou então o Estado está sendo desigual.

Por conseguinte, reitera-se a possibilidade de a extensão universitária fomentar ações mais amplas e institucionalizadas, ainda que em âmbito municipal, no sentido de oportunizar experiências escolares para crianças e adolescentes que sejam mais equânimes do ponto de

vista das relações de gênero e étnico-raciais. Os marcadores raciais junto aos marcadores de gênero e classe serão determinantes para o acesso desses estudantes ao ensino superior e pensar políticas sociais que incidam nesses marcadores é relevante para ampliar esse acesso e não o limitar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; SILVA, Laionel Vieira da. Os cães do inferno se alimentam de blasfêmia: religião e transfobia no ciberespaço. **Ciencias Sociales y Religión**, Campinas, v. 18, n. 24, p. 110–133, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/866972>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1999.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, p. 329-376, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm?msclkid=0c0d30. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. **Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: Congresso Nacional, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

CANDAU, Vera Maria. **Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: relações étnico-raciais e de gênero** / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Suzana. O Cotidiano Sexuado de Meninos e Meninas em Situação de Pobreza. In: MADEIRA, Felícia Reicher. **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos. 1997.

FARIA, Andréia Alice da Cunha. **O uso do Diagnóstico Rural Participativo em processos de desenvolvimento local: um estudo de caso**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. 2000.

FERREIRA NUNES, Míghian Danae. Cadê as crianças negras que estão aqui?: O racismo (não) comeu. **Latitude**, Maceió-AL, Brasil, v. 10, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2616>. Acesso em: 15 ago. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: População e domicílios - Primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MARIA, Marina. **Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz debate racismo estrutural, 2020**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/comite-pro-equidade-de-genero-e-raca-da-fiocruz-debate-racismo-estrutural-16/6>. Acesso em: 24 jul 2024.

MARQUES, Georgiana Eurides de Carvalho. A Extensão Universitária no Cenário Atual da Pandemia do COVID-19. **Revista Práticas em Extensão. São Luís**, v. 04, nº 01, 42- 43, 2020. Disponível em <https://www.uema.br/2020/07/artigo-a-extensao-universitario-cenario-atual-da-pandemia-do-covid-19> . Acesso em: 06 de ago. 2024.

MODESTO, Edith. Transgeneridade: um complexo desafio. **Via Atlântica**, v. 14, n. 2, p. 49-65, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/57215>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MORAES, Carolina Resende. A Extensão universitária e a resistência negra na Universidade de Brasília. **Revista Participação** - UnB, nº 31, p.11-25, novembro 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/20145>. Acesso em: 03 mai. 2024.

NASCIMENTO, Júlia; DA SILVA, Gimima Beatriz Melo. O Letramento Racial como ferramenta para a erradicação do racismo. **Mosaico**, v. 15, n. 24, p. 397-415, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/89973>. Acesso em: 13 ago. 2024.

NOVAES, Regina Reyes. Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANA, Hermano (org.). **Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

OLIVEIRA, Carlos Alexandre de; ANGELO, Edna da Silva; OLIVEIRA, Marlene. Análise de redes sociais no campo de pesquisa da Ciência da Informação: Desenvolvimento da produção científica mundial. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 2, ESPECIAL, p. 312-328, abr./ jul., 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1354>. Acesso em: 13 ago. 2024.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo C. de; SANTOS ROCHA, Saulo José dos. Estado, políticas públicas e extensão universitária. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 22, 2010. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1518>. Acesso em: 18 ago. 2024.

PEREIRA, Lucas Batista. Extensão universitária e políticas públicas. **Revista Extensão & Cidadania**, v.1, n.2, 2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/2203>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 12, n. 1, p. 114-127, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527373009.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PODESTÁ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 11, p. 363–380, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873>. Acesso em: 14 ago. 2024.

REIS, Letícia Isnard Graell. Jovens em situação de risco social. In: *In: ALVIM, Rosilene e GOUVEIA, Patrícia (orgs.). Juventude anos 90: conceitos, imagens, conceitos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima; COSTA, Carmen Lucia Neves do Amaral; PRATA, Michelle Santana; BATALHA, Taila Beatriz Silva; PASSOS NETO, Irazano de Figueiredo. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 141–148, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SALEIRO, Sandra Palma. Diversidade de Gênero na Infância e Educação: Contributos para uma Escola Sensível ao (Trans)Gênero. **Exaequo**, n. 36, p. 49-65, 2017. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2017-12/09-sandra-palma-saleiro.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2), jul./dez. 1995.

SEVERINO, Prefácio. LUCHESI, Marta Abraão Saad. **Universidade no limiar do terceiro milênio: desafios e tendências**. Santos: Leopoldianum, 2002. p. 15-19.

SILVA, Abraão Ramos da. Oportunidades para Extensão Universitária nos Tempos de Pandemia - COVID-19. **Revista Práticas em Extensão**. São Luís, v. 04, nº 01, 40-41, 2020. Disponível em: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/praticasemextesao/issue/view/208>. Acesso em: 12 de ago. 2024.

SÍVERES, Luiz. A extensão como um princípio de aprendizagem. **Revista Diálogos**: revista de Extensão da Universidade Católica de Brasília, 2008. n.10. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/issue/view/137>. Acesso em: 08 ago. 2024.

SONETTI, Sara Lahan; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Ensinando a diversidade ou a transfobia? Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de Sorocaba e sua intersecção com saúde mental. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 17, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/1913>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 17, p. 353-360, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/ZBY9r5KFD5c7QnhzpZ6CVDk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2024.